Tribunal da Relação de Guimarães
Processo nº 100/14.0TBMDC-A.G1

Relator: CARLA OLIVEIRA

Sessão: 11 Abril 2024

Número: RG

Votação: UNANIMIDADE

Meio Processual: APELAÇÃO

Decisão: APELAÇÃO IMPROCEDENTE

OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO

INTERESSE EM AGIR

ALTERAÇÃO ANORMAL DAS CIRCUNSTÂNCIAS

Sumário

I - A fundamentação das decisões judiciais, para além de expressa, clara, coerente e suficiente, deve também ser adequada à importância e circunstância da decisão; assim, as decisões judiciais, ainda que tenham que ser sempre fundamentadas, podem sê-lo de forma mais ou menos exigente (de acordo com critérios de razoabilidade) consoante a função dessa mesma decisão.

II - Importa distinguir entre os casos em que o tribunal deixa de se pronunciar efectivamente sobre questão que devia apreciar e aqueles em que esse tribunal invoca razão, boa ou má, procedente ou improcedente, para justificar a sua abstenção, sendo coisas diferentes deixar de conhecer a questão de que devia conhecer-se e deixar de apreciar qualquer consideração, argumento ou razão produzida pela parte, por não ter o tribunal de esgotar a análise da argumentação das partes, mas apenas que apreciar todas as questões que devam ser conhecidas, ponderando os argumentos na medida do necessário e suficiente.

III - A oposição à execução constitui o meio processual pelo qual o executado exerce o seu direito de defesa perante a pretensão do exequente.

IV - Sendo deduzida uma concreta pretensão contra o executado, este pode defender-se desta, expondo todos os fundamentos susceptíveis de conduzir à extinção da execução, atenta a ligação funcional existente entre a oposição e a execução, assistindo-lhe legitimidade activa para se opor à execução.

V - Ocorre interesse em agir sempre que o demandante tenha necessidade de intervenção judicial para reconhecimento da sua pretensão, tal como a configura no exercício da sua liberdade de conformação da acção, e que a intervenção judicial que pede seja apta a proporcionar-lhe tal utilidade.

VI - A alteração anormal das circunstâncias, na abrangência do preceito em causa, corresponde a uma modificação superveniente e insólita ou inabitual da base negocial em que as partes tenham fundado a celebração do contrato, sendo que essa base negocial, no domínio da alteração das circunstâncias, assume carácter objectivo e deve respeitar simultaneamente a ambos os contraentes.

Texto Integral

Acordam no Tribunal da Relação de Guimarães

I. Relatório

Por apenso à acção executiva que corre termos sob o nº ...4... intentada por **Banco 1..., ...**, contra **AA, BB e CC**, veio esta última executada deduzir a presente **oposição à execução mediante embargos de executado**.

Invocou, em síntese, a falsidade das assinaturas cuja autoria é atribuída à co-executada BB e apostas nas procurações com base nas quais foi assinado o contrato de mútuo com hipoteca, fiança e procuração, outorgado em 22.10.2009 e dado à execução; e que só aceitou ser fiadora no contrato em causa porquanto confiou que a aludida BB também iria intervir nessa qualidade.

Terminou pedindo a absolvição da instância executiva e, no entretanto, a suspensão da execução.

Notificada, a exequente apresentou contestação, pugnando, no que ora importa, pela manifesta improcedência e inadmissibilidade dos fundamentos invocados pela opoente, à luz do disposto no art.º 729º, do NCPC.

Tendo sido designada audiência prévia, foi no âmbito da mesma tentada a conciliação das partes sem sucesso.

Posteriormente, foi proferido despacho saneador que julgou verificada a excepção de ilegitimidade activa para a presente oposição à execução, tendo, em consequência, absolvido a exequente da instância e determinado o prosseguimento da instância executiva, com os seguintes fundamentos:

«Da ilegitimidade activa

Banco 1..., ..., apresentou à execução escritura pública de mútuo com

hipoteca, fiança e procuração, outorgada em 22 de Outubro de 2009.

Alega que para o referido empréstimo prestaram garantia de fiança CC, BB e AA.

Alega a exequente o não pagamento das prestações vencidas em 22 de Agosto de 2013 e seguintes.

A executada CC deduziu embargos de executado, alegando, em suma, que a executada BB concedeu, através de procuração, poderes a DD para reger e gerir os seus bens, bem como outros poderes na área do direito societário, e que foi nessa qualidade que este assinou o contrato identificado no requerimento executivo, no qual aquela se constituiu fiadora da sociedade mútua. Tal procuração foi outorgada perante advogado, tendo o mesmo procedido ao respetivo termo de autenticação, no qual consignou que compareceu BB.

Contudo, a embargante coloca em causa a veracidade da autenticação porque a referida BB não estava em Portugal à data.

Mais alega que aceitou ser fiadora no contrato em causa no pressuposto de que BB também iria intervir nessa qualidade.

Em suma, nas suas palavras, a embargante vem “chamar à colação a genuinidade ou veracidade da assinatura dessa outra fiadora”.

Pretende, por isso, a embargante ver discutidos os poderes de DD para representar a executada BB, logo, a intervenção desta na qualidade de fiadora no contrato em causa nos autos, e, em consequência, a formação de título executivo quanto a esta.

Sucedem, porém, que a executada BB não se insurgiu contra a sua intervenção no referido contrato.

Ora, como ficou plasmado no despacho proferido nos presentes autos a 21.10.2022, “a pessoa com legitimidade para arguir a falsidade da respetiva assinatura e conseqüente falta de poderes de representação do seu «procurador» pertencia à executada BB, a qual, nos presentes autos e neste particular, permaneceu silente.

Além disso e quando ponderamos qual o efeito da procedência de tal alegação, nomeadamente, uma eventual ineficácia do ato na esfera de BB (que, ainda assim, sempre o poderia ratificar - cf. Artigo 268.º, n.º 1 do Código Civil), não vislumbramos de que forma tal poderia beneficiar ou beliscar a posição da Embargante, na qualidade de fiadora, isto é, tal circunstancialismo não afetaria a sua posição contratual e, logo, processual.

Na verdade, da forma como a Embargante articulou o requerimento inicial e formulou o seu pedido, é apodítico que não tem legitimidade processual para os presentes autos, pois que a eventual procedência do invocado, com a conseqüente ineficácia do ato relativamente à executada BB (o que, na

verdade, nem é pedido, como não podia ser), não se repercutiria na esfera jurídica daquela. Além do mais, a mera alegação de que só aceitou ser fiadora porque a executada BB também o era não pode deixar de se considerar inócua, não sendo carreados para os autos factos que nos permitam epilogar pelos vícios da vontade (adiantando-se, desde já, que tampouco é esse o pedido, pelo que ao Tribunal sempre estaria vedada a sua apreciação, não integrando, sequer, o objeto do litígio).

Isto posto, importa salientar que a signatária não ignora que para o apuramento da legitimidade processual releva, apenas, a consideração do concreto pedido e da respetiva causa de pedir, independentemente da prova dos factos que integram a última e do mérito da causa, e é precisamente disso que se trata, pois que, tendo em consideração somente o pedido e a causa de pedir, logo se conclui que a Embargante não tem interesse em demandar, com os fundamentos acima cristalizados (com especial enfoque na circunstância de que da eventual procedência dos embargos não resultará, para si, qualquer benefício ou prejuízo)”.

Ora, nos termos dos números 1 e 2 do artigo 30.º do CPC, a legitimidade do autor depende do seu interesse directo em demandar, o qual se afere pela utilidade derivada da procedência da acção. Sendo que o réu é parte legítima quando tem interesse directo em contradizer.

Acrescenta o n.º 3 do normativo em apreço um critério subsidiário, segundo o qual “são considerados titulares do interesse relevante para o efeito da legitimidade os sujeitos da relação controvertida, tal como é configurada pelo autor”.

Nesta perspectiva, a legitimidade deve ser apreciada atendendo à utilidade ou prejuízo que da procedência ou improcedência da acção pode derivar para as partes, sendo que, em face do teor do normativo citado, conclui-se que a aferição do pressuposto processual da legitimidade é norteadada por um critério meramente formal.

A legitimidade processual distingue-se da legitimidade em sentido material que reside nos pressupostos da titularidade, por um sujeito, de certo direito que invoque ou que lhe seja atribuído.

Tendo presente o critério exposto, e face à configuração dada pela embargante à causa em discussão em sede de embargos - considerando que a mesma se limita aos fundamentos do ali peticionado -, esta não tem interesse directo em ver discutida a genuinidade ou veracidade da assinatura de outra executada/fiadora, e, por isso, dos poderes do respectivo mandatário no acto de constituição da fiança.

Tal discussão nenhuma repercussão terá na esfera jurídica da embargante.

Carece, pois, de sentido que venham os poderes da pessoa que a executada BB

decidiu mandar a ser colocados em causa por um terceiro.

A pessoa interessada em invocar a falsidade do instrumento pelo qual foi mandatado o seu representante é, naturalmente, o mandante.

Importa notar que – como sublinhado no acórdão da Relação de Guimarães de 11.02.2021, disponível em www.dgsi.pt – “a sentença proferida nos embargos de executado só é vinculativa entre o embargante (ou embargantes) e o exequente, não sendo os restantes executados abrangidos pela eficácia do caso julgado, pelo que, se os embargos forem julgados procedentes, só perante o embargante se produzirá, consoante o caso, o efeito direto de caso julgado da decisão da oposição de mérito ou de caso julgado formal (estendido apenas ao processo executivo) da decisão sobre pressupostos processuais”. Deste modo, afigura-se evidente a falta de utilidade para a embargante da procedência dos presentes embargos, não tendo, portanto, legitimidade activa para os mesmos.

Ora, a ilegitimidade passiva constitui uma excepção dilatória de conhecimento oficioso que, sendo singular, é insuprível, cuja verificação obsta ao conhecimento do mérito da causa e importa a absolvição da instância (cfr. artigos 576.º, n.ºs 1 e 2, 578.º, a contrario, 595.º, n.º 1, alínea a), 278.º, n.º 1, alínea d) e 577.º, alínea e), todos do CPC).

Ainda que assim não fosse, sempre careceria a embargante de interesse em agir.

Ora, não obstante a lei processual civil a ele não se referir enquanto pressuposto processual/excepção dilatória nominada, o interesse em agir ou interesse processual constitui, para a doutrina e jurisprudência maioritárias, um pressuposto processual autónomo, cuja falta configura uma excepção dilatória inominada.

Neste sentido, entre outros, vide, acórdão do STJ de 19.12.2018, disponível em www.dgsi.pt, segundo o qual, “o nosso direito adjectivo civil não contempla o interesse em agir como excepção dilatória típica, e, nesta medida, o conceito tem sido tema doutrinal e jurisprudencial, sendo geralmente considerado excepção dilatória inominada de conhecimento oficioso”.

O autor tem interesse em agir quando a situação de carência em que se encontra necessita da intervenção dos tribunais.

O interesse em agir pode ser definido, seguindo Miguel Teixeira de Sousa, como “o interesse da parte activa em obter a tutela judicial de uma situação subjectiva através de um determinado meio processual e o correspondente interesse da parte passiva em impedir a concessão daquela tutela” (“As Partes, o Objecto e a Prova na Acção Declarativa”, pág. 97, obra citada no acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 16.09.2008, disponível em www.dgsi.pt).

Segundo Antunes Varela, o interesse processual consiste na “necessidade de

usar do processo, de instaurar ou fazer prosseguir a acção”, sendo certo que “relativamente ao Autor, tem-se entendido que a necessidade de correr às vias judiciais, como substractum do interesse processual, não tem de ser uma necessidade absoluta, a única ou a última via aberta para a realização da pretensão formulada. Mas também não bastará para o efeito a necessidade de satisfazer um mero capricho (de vindicta sobre o réu) ou o puro interesse subjectivo (motivo, científico ou académico) de obter um pronunciamento judicial”.

Assim, o pressuposto processual sob análise “constitui um requisito a meio termo entre os dois tipos de situações. Exige-se, por força dele, uma necessidade justificada, razoável, fundada, de lançar mão do processo ou de fazer prosseguir a acção” (cfr. Manual de Processo Civil, pág. 179).

Com este pressuposto processual visa-se evitar a proposição de acções com vista à apreciação de pretensões que não careçam de tutela judiciária.

Justifica-se ainda “por razões de ordem pública relacionadas com a própria actividade da função jurisdicional” (cfr., Wladimir Brito, in “A Teoria Geral do Processo”, pp. 182 e 183).

No caso vertente, nada ganhando a embargante em ver discutida a intervenção da co-executada na qualidade de fiadora no contrato em causa nos autos, e, em consequência, a formação de título executivo quanto a esta, impõe-se concluir pela falta de interesse em agir da mesma relativamente à pretensão formulada nos presentes embargos.

Afigura-se notório que a embargante nada alega que permita concluir pela necessidade de recurso aos presentes embargos como meio necessário à tutela da sua pretensão.

Ademais, a alegação de que aceitou ser fiadora no contrato em causa no pressuposto de que BB também iria intervir nessa qualidade afigura-se manifestamente despicienda.

Ora, a qualidade de fiadora da referida BB não é colocada em causa pela própria, sendo-o antes pela própria pessoa que se diz afectada por um possível afastamento de tal qualidade.

Ou seja, uma eventual arguição de um vício da vontade da embargante – que não foi invocado, apenas se detectando um vislumbre de um tal argumento no articulado da embargante – estaria dependente da procedência de um outro e prévio argumento esgrimido pela própria.

O que, no mínimo, se afigura abusivo, pois que tenta fazer-se valer de uma situação pela própria criada.

Ora, como acima referido, a falta de interesse em agir constitui uma excepção dilatória - porquanto radica na falta de um pressuposto processual (cfr. artigo 576.º, n.º 2, do CPC) -, a qual é de conhecimento officioso, sendo apreciada em

sede de despacho saneador, caso o não tenha sido em momento anterior ou na sentença (cfr. artigos 576.º, n.ºs 1 e 2, 578.º, a contrario, e 595.º, n.º 1, alínea a), todos do CPC).

A verificação de tal exceção dilatória - a qual é inominada -, igualmente importaria a absolvição da instância, nos termos do disposto nos artigos 278.º, n.º 1, alínea e) e 577º, ambos do CPC.

*

Atento o exposto, fica prejudicado o conhecimento das restantes questões.

*

Em conformidade e decorrência do que vem expandido, julga-se verificada a exceção dilatória de ilegitimidade activa e, em consequência, absolve-se a exequente da presente instância e determina-se o prosseguimento da instância executiva.

*

Custas: pela embargante, nos termos do preceituado nos artigos 527.º, n.ºs 1 e 2, e artigo 7.º, n.º 1, do RCP, por referência à tabela II anexa, uma vez que é parte vencida na medida em que a decisão lhe é totalmente desfavorável.».

Inconformada com a decisão assim proferida, veio a executada/embargante recorrer, concluindo as suas alegações da seguinte forma:

«1º A Recorrente interpõe o presente recurso do despacho saneador que antecede, o qual em suma julgou procedente a exceção dilatória de ilegitimidade ativa.

2º Por um lado, no despacho saneador que foi proferido, para além de constar a apreciação de um requerimento com a referência ...51, é fixado o valor da causa, e passa imediatamente ao conhecimento da ilegitimidade ativa, exceção dilatória, julgando-a procedente, absolvendo a Recorrida da presente instância, e determinando o prosseguimento da instância executiva.

3º Assim, o douto Tribunal não obstante ter proferido um despacho saneador/sentença, que apreciou a ilegitimidade ativa, deveria ter procedido à especificação dos factos que se consideraram provados e dos factos que não se consideraram provados, como determina aliás o artigo 615º, n.º 1, b) do Código de Processo Civil.

4º Ao não mencionar tais factos, provados e não provados, não cumpre um dos requisitos essenciais para a prolação da sentença, porquanto a mesma é nula, nos termos do artigo 615º, n.º 1, b) do Código de Processo Civil, o que se requer para os devidos efeitos legais.

5º Por outro lado, ao julgar a exceção dilatória da ilegitimidade ativa

procedente, partindo de um facto errado, decidiu que o conhecimento das restantes questões ficaria prejudicado.

6º De forma errada, pois como se disse, o Tribunal socorreu-se de um facto que não corresponde à realidade, para dar como procedente a verificação da ilegitimidade ativa.

7º Deveria e caberia ao Tribunal a obrigação de conhecer a questão da veracidade da assinatura e das procurações feitas por BB, para depois apurar, se a aqui Recorrente também era responsável.

8º Porquanto a mesma só assinou porque pensou que BB também tinha assinado e julgou estar tudo dentro da conformidade legal.

9º O Tribunal com esta decisão, ao não suspender a ação executiva e ao não conhecer primeiramente dos embargos de executado que correm sob o apenso C, relativo à executada BB, deixou de se pronunciar sobre a questão pretendida pela aqui Recorrente que era precisamente apurar a validade das assinaturas e procurações.

10º A Recorrente apenas assinou porque era condição essencial para o fazer que BB o tivesse feito também.

11º Se efetivamente se vier a mostrar que as assinaturas e as procurações são forjadas, a aqui Recorrente não teria assinado não se verificando a condição e, como tal, não poderá ser responsabilizada.

12º No caso em apreço, a decisão ficou aquém em virtude de ter deixado de tratar de questão que deveria ter tratado e conhecido.

13º Ao não conhecer de questão que deveria ter conhecido, não cumpriu o Tribunal a quo um dos requisitos essenciais para a prolação da sentença, porquanto a mesma é nula, nos termos do artigo 615º, n.º 1, d) do Código de Processo Civil, o que se requer para os devidos efeitos legais.

14º A aqui Recorrente entende que o douto Tribunal procedeu a um erro de julgamento na sua decisão, pois partiu de um facto que na sua ótica deu como provado, mas que não foi provado.

15º Na referida sentença podemos constatar as seguintes passagens transcritas pelo douto Tribunal:

“Contudo, a embargante coloca em causa a veracidade da autenticação porque a referida BB não estava em Portugal à data.

Mais alega que aceitou ser fiadora no contrato em causa no pressuposto de que BB também iria intervir nessa qualidade

Sucedo, porém, que a executada BB não se insurgiu contra a sua intervenção no referido contrato.

Ora, como ficou plasmado no despacho proferido nos presentes autos a 21.10.2022, “a pessoa com legitimidade para arguir a falsidade da respetiva assinatura e conseqüente falta de poderes de representação do seu

«procurador» pertencia à executada BB, a qual, nos presentes autos e neste particular, permaneceu silente”.

16º Partiu o douto Tribunal de um facto errado que foi o facto de BB não se ter oposto à sua qualidade de fiadora para daí concluir que a aqui Recorrente não teria legitimidade ativa.

17º Pelo contrário, BB veio apresentar oposição à execução no âmbito de embargos do executado no apenso C deste mesmo processo com o n.º100/14...., e ainda aguarda decisão, facto que o douto Tribunal desconsiderou e assumiu como provado que a mesma tinha permanecido em silêncio, conforme consta da sentença recorrida.

18º Não se compreende, por isso, que sendo a sentença proferida neste apenso A feita no dia 20 de Novembro de 2023, e sendo a oposição à execução feita pela Executada BB no dia 25 de Outubro de 2023, tendo havido contestação, inclusive, que venha o douto Tribunal dizer que a mesma BB não se insurgiu contra a sua intervenção no referido contrato, ou que a qualidade de fiadora não é colocada em causa pela própria, quando de tal oposição à execução já deveria o douto Tribunal a quo ter conhecimento.

19º - Para além disso, a Recorrente é parte legítima nos presentes autos de embargos de executado uma vez que foi apenas com a condição de BB também intervir na qualidade de fiadora, que a própria também assinou, julgando que tudo estivesse em conformidade e de acordo como todos os preceitos legais.

20º - O que importa dizer que se as procurações e respetivas assinaturas se vierem a mostrar falsas, e se se vier a comprovar que de facto, BB nem sequer mandou ela própria, seu pai, para intervir por si e em sua representação, na qualidade de fiadora, a aqui Recorrente não teria assinado também o referido contrato.

21º Existe, por isso, legitimidade ativa da aqui Recorrente pois tem um interesse direto em demandar que é precisamente o de opor-se à execução que contra si é intentada, sendo que o seu interesse em demandar é nada mais, nada menos do que não ser responsabilizada por uma execução baseada em título executivo viciado e nulo.

22º Daí que seja indispensável apurar se as procurações ou as assinaturas se encontram conformes, fidedignas, ou autênticas, isto é, que de facto BB tenha mandado o pai dela, para atuar na qualidade de fiadora, pois caso não o tenha feito, a aqui Recorrente também não teria assinado.

23º Já que a Recorrente sempre disse que teve e tem uma relação amigável e de extrema confiança com BB, e que esta trabalhava na Fundação ..., que foi em anos idos bolseira no Departamento de Neurobiologia de Centro Médico da Universidade de ... (...), nos ..., tendo uma boa condição financeira e

idoneidade, conferindo, para além disso, credibilidade ao negócio que se pretendia celebrar, tendo até em conta que era familiar de elementos da direcção das Escolas.

24º Por outro lado, verificam-se todos os pressupostos do artigo 437º, n.º 1 do Código Civil para ser declarada a resolução do contrato por alteração das circunstâncias.

25º Se se provar que realmente não foi BB quem assinou, deverão estes embargos procederem, porquanto, a aqui Recorrente não teria assinado o referido contrato, e não se teria constituído fiadora.

26º Por outro lado, a Recorrente sempre teria interesse em agir porquanto carece de uma tutela judicial para não ver o seu património delapidado com fundamento num documento particular que só assinou e na condição de ser validamente assinado também pela executada BB, facto que ainda está por provar!

27º Tem ainda interesse em agir pois a tutela judicial é a única que no momento lhe permite afastar a responsabilidade a que foi chamada à colação, não se vislumbrando outro meio de o fazer.

28º - Concluindo, a aqui Recorrente é parte legítima e tem interesse em agir, ao contrário do que o douto Tribunal veio dizer não se verificando a exceção dilatória da ilegitimidade ativa, nem da exceção dilatória de falta de interesse em agir.

29º - Ora, entende a Recorrente que ao decidir da forma como decidiu, incorreu o Tribunal a quo na nulidade da sentença por falta de especificação dos fundamentos de facto e de direito nos termos do artigo 615º, n.º 1, alínea b) do Código de Processo Civil, na falta de pronúncia por parte do juiz sobre questões que devesse apreciar, nos termos do artigo 615º, n.º 1, alínea d) do mesmo diploma, e ainda num erro de julgamento ao partir do facto que a Executada BB não se tinha oposto, quando na realidade o fez, para julgar procedente a exceção dilatória da ilegitimidade ativa.

30º - Nestes termos e nos melhores de direito, deve o presente recurso ser julgado procedente, por provado, e em consequência, deve a decisão recorrida ser revogada, substituindo-a por outra que determine a procedência do recurso conforme alegado e concluído.».

Não foram apresentadas contra-alegações.

Colhidos os vistos legais, cumpre apreciar e decidir.

*

*

II. Delimitação do objecto do recurso e questões a decidir

O objecto do recurso é delimitado pelas conclusões das alegações do apelante,

tal como decorre das disposições legais dos art.ºs 635º, nº 4 e 639º do NCPC, não podendo o tribunal conhecer de quaisquer outras questões, salvo se a lei lhe permitir ou impuser o seu conhecimento oficioso (art.º 608º, nº 2 do NCPC). Por outro lado, não está o tribunal obrigado a apreciar todos os argumentos apresentados pelas partes e é livre na interpretação e aplicação do direito (art.º 5º, nº 3 do citado diploma legal).

*

No caso vertente, as questões a decidir, tendo em conta o teor das conclusões formuladas pela recorrente, são as seguintes:

- da nulidade da decisão recorrida:

i. por não especificar os fundamentos de facto que justificam a decisão [art.º 615º, nº 1, al. b), do NCPC], e

ii. por omissão de pronúncia quanto à questão das assinaturas impugnadas [art.º 615º, nº 1, al. d), do NCPC];

- do erro de julgamento da decisão recorrida ao julgar verificadas as exceções dilatórias da ilegitimidade activa e da falta de interesse em agir.

*

*

III. Fundamentação

3.1. Fundamentos de facto

Como facticidade relevante interessa aqui ponderar os trâmites processuais consignados no relatório do presente acórdão e o teor da decisão recorrida que supra se transcreveu e que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

*

3.2. Apreciação do mérito do recurso

3.2.1. Da nulidade da decisão recorrida

Conforme decorre do acima exposto, a recorrente veio arguir a nulidade da decisão recorrida com fundamento nas als. b) e d), do nº 1 do art.º 615º do NCPC.

Assim sendo e antes de mais, importa referir que o tribunal *a quo* proferiu despacho a admitir o recurso interposto mas não se pronunciou sobre as arguidas nulidades, como se lhe impunha, atento o disposto nos art.ºs 641º, nº 1 e 617º, nº 1 do NCPC.

A omissão de despacho do tribunal *a quo* sobre as nulidades arguidas não determina necessariamente a remessa dos autos à 1ª instância para tal efeito

(cfr. nº 5, do referido art.º 617º), cabendo ao relator apreciar se essa intervenção se mostra ou não indispensável – cfr., neste sentido Abrantes Geraldès, in Recursos no Processo Civil, 6ª ed. actualizada, p. 149.

Tendo presente a natureza das questões suscitadas e o enquadramento que devem merecer, afigura-se-nos que não se justifica a baixa do processo para a pronúncia em falta, passando-se desde já ao conhecimento das nulidades suscitadas.

i. No caso, e como já referimos, a recorrente começou por invocar que o tribunal *a quo*, não obstante ter proferido um despacho saneador/sentença, que apreciou a ilegitimidade activa, não procedeu à especificação dos factos que se considerava provados e não provados, não cumprindo, assim, um dos requisitos essenciais para a prolação da sentença.

Vejam, pois, se ocorre, na decisão proferida, a nulidade arguida atinente à falta de fundamentação de facto.

Dispõe o art.º 615º, nº 1 do NCPC o seguinte:

“1- É nula a sentença quando:

- a) Não contenha a assinatura do juiz;
- b) Não especifique os fundamentos de facto e de direito que justificam a decisão;
- c) Os fundamentos estejam em oposição com a decisão ou ocorra alguma ambiguidade ou obscuridade que torne a decisão ininteligível;
- d) O juiz deixe de pronunciar-se sobre questões que devesse apreciar ou conheça de questões de que não podia tomar conhecimento;
- e) O juiz condene em quantidade superior ou em objecto diverso do pedido.”.

Estas invalidades são aplicáveis, com as necessárias adaptações, aos despachos – cfr. art.º 613º, nº 3 do NCPC.

Importa começar por salientar que as decisões judiciais se podem encontrar viciadas por causas distintas, sendo a respectiva consequência também diversa: se existe erro no julgamento dos factos e do direito, a respectiva consequência é a revogação, se foram violadas regras próprias da sua elaboração e estruturação, ou que respeitam ao conteúdo e limites do poder à sombra do qual são decretadas, são nulas nos termos do referido art.º 615º.

As causas de nulidade taxativamente enumeradas no art.º 615º não visam o chamado erro de julgamento e nem a injustiça da decisão, ou tão pouco a não conformidade dela com o direito aplicável, sendo coisas distintas, mas muitas vezes confundidas pelas partes, a nulidade da sentença e o erro de julgamento, traduzindo-se este numa apreciação da questão em

desconformidade com a lei.

Não deve por isso confundir-se o erro de julgamento e muito menos o inconformismo quanto ao teor da decisão com os vícios que determinam as nulidades em causa [vide, entre outros, o ac. do STJ de 17.10.2017, relatado por Alexandre Reis e disponível em www.dgsi.pt].

Segundo o invocado pela recorrente, como vimos, a decisão recorrida é nula por não especificar os fundamentos de facto que justificam a decisão.

A obrigação de especificação dos fundamentos de facto (e de direito) que justificam a decisão, constante do art.º 615º, nº 1, al. b) do NCPC é reflexo do dever de fundamentação das decisões imposto pelo nº 1 do art.º 205º da Constituição da República Portuguesa (nos termos do qual “as decisões dos tribunais que não sejam de mero expediente são fundamentadas na forma prevista na lei”), o qual também se acha vertido no art.º 6º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e regulamentado pelo art.º 154º do NCPC. Na verdade, como referem Jorge Miranda e Rui Medeiros [in, Constituição da República Portuguesa Anotada, Tomo III, Coimbra, 2007, p. 70] a fundamentação tem uma dupla função de “*carácter subjectivo*”, de garantia do direito ao recurso e controlo da correcção material e formal das decisões pelos seus destinatários, e uma função de “*carácter objectivo*”, de pacificação social, legitimidade e auto-controlo das decisões.

Esta exigência de fundamentação bem se compreende, na medida em que as decisões dos juízes têm que ter na sua base um raciocínio lógico e argumentativo que possa ser entendido pelos destinatários da decisão, sob pena de não se fazer justiça.

De todo o modo, tem-se entendido que a falta de fundamentação só acarreta a nulidade da sentença quando é total.

Ou seja, o vício previsto no art.º 615º, nº 1, al. b) do NCPC só ocorrerá quando houver falta absoluta, ou total, de fundamentos ou de motivação (de facto ou de direito em que assenta a decisão) e, não já, quando essa fundamentação ou motivação for deficiente, insuficiente, medíocre ou até errada. Se a decisão for apenas insuficiente ou medíocre ou errada, isso poderá afectar o valor doutrinal da mesma, sujeitando-a ao risco de ser revogada em recurso, verificando o erro ou desacerto do julgamento, mas tal situação não produz a nulidade da decisão [vide, neste sentido, Lebre de Freitas e Isabel Alexandre, Código de Processo Civil, Vol. 2º, 3ª ed., p. 735-736 e a generalidade da jurisprudência, entre outros: os acs. do STJ de 02.06.2016, relatado por Fernanda Isabel Pereira e de 15.05.2019, relatado por Ribeiro Cardoso; da RL de 08.03.2018, relatado por Teresa Prazeres Pais; da RC de 14.11.2017 e de 5.06.2019, relatados por Isaías Pádua; da RP de 14.03.2016, relatado por Paula Maria Roberto, e de 11.01.2018, relatado por Filipe Carço; e o

recentíssimo acórdão desta Relação de Guimarães de 28.09.2023, relatado por Paula Ribas, todos acessíveis in www.dgsi.pt].

Ocorre falta de fundamentação, geradora de nulidade, se a mesma é inexistente, não permitindo apreender qual o processo lógico seguido pelo julgador na formação da sua convicção, não sendo possível aferir as razões que levaram a decidir de um determinado modo, colocando em crise a construção do silogismo judiciário e, não, o erro de julgamento.

Por outro lado, e como também bem apontam Jorge Miranda e Rui Medeiros [in ob. cit., p. 72 e 73], a fundamentação das decisões judiciais, para além de expressa, clara, coerente e suficiente, deve também ser adequada à importância e circunstância da decisão.

Quer isto dizer que as decisões judiciais, ainda que tenham que ser sempre fundamentadas, podem sê-lo de forma mais ou menos exigente (de acordo com critérios de razoabilidade) consoante a função dessa mesma decisão.

Ou seja, a profundidade e o nível de motivação varia em função das questões suscitadas e decididas, da sua natureza, complexidade e circunstâncias de cada caso.

O despacho recorrido, tendo-se limitado à apreciação de uma excepção dilatória, não é uma sentença em sentido próprio, não se lhe impondo o grau de exigência da estrutura complexa da fundamentação da sentença, nomeadamente, com discriminação de factos provados e não provados e análise crítica das provas (cfr. art.º 607º, do NCPC).

Com efeito, o tribunal *a quo* debruçou-se exclusivamente sobre questões de direito, cuja decisão implicou exclusivamente a ponderação de factos de índole processual e os documentos constantes dos autos, perfeitamente ao alcance de todos os intervenientes.

De todo o modo, no caso, constata-se que o tribunal recorrido elencou, ainda que de forma genérica, em sede de fundamentação, a alegação factual da embargante. Com tal enunciação, o tribunal recorrido precisou os termos da fundamentação decisória em que se baseou, acrescentando que, mesmo considerando provado o elenco factual que mencionava, a pretensão da embargante não era viável.

E, nessa medida, encontra-se sustentação factual para a decisão de direito proferida.

Ademais, não se pode dizer que a fundamentação assim exarada impediu a embargante de perceber em que factos se baseou a decisão do tribunal e de apresentar o recurso em apreciação.

Com efeito, a embargante, ora recorrente, não pode ter deixado de perceber que a enunciação factual constante do despacho recorrido provinha da mera alegação factual constante da petição inicial de embargos e que a mesma se

destinava a aferir se a pretensão era viável, independentemente de qualquer produção probatória (sendo que, o momento processual específico para a produção das provas constituídas não se encontrava alcançado).

Assim, independentemente de qualquer outra apreciação, como decorre das considerações supra expendidas, a fundamentação em que assentou o decidido encontra-se mínima e suficientemente presente, pelo que não se verifica o vício de nulidade assente na al. b) do n.º 1 do art.º 615º do NCPC. Improcede, pois, desde já e nesta parte, o recurso.

*

ii. Posto isto, importa agora aferir se a decisão recorrida é nula por omissão de pronúncia, designadamente, por não ter tratado e apreciado a questão da veracidade das assinaturas e da validade das procurações alegadamente emitidas pela co-executada BB.

Nos termos da al. d), do n.º 1 do art.º 615º do NCPC, relativo às causas de nulidade da sentença, ocorre causa de nulidade da sentença se o juiz deixar de pronunciar sobre questões que devesse apreciar.

Vejamus então se, no caso, o tribunal *a quo* deixou de se pronunciar sobre questões de que devesse conhecer.

A nulidade por omissão de pronúncia supõe o silenciar, em absoluto, por parte do tribunal sobre qualquer questão de cognição obrigatória, isto é, que a questão tenha passado despercebida ao tribunal, já não preenchendo esta concreta nulidade a decisão sintética e escassamente fundamentada a propósito dessa questão (vide, o ac. do STJ de 01.03.2007, relatado por Sebastião Póvoas e disponível in www.dgsi.pt).

Caso o tribunal se pronuncie quanto às questões que lhe foram submetidas, isto é, sobre todos os pedidos, causas de pedir e excepções que foram suscitadas, ainda que o faça genericamente, não ocorre o vício da nulidade da sentença, por omissão de pronúncia. Poderá, todavia, existir mero erro de julgamento, atacável em via de recurso, onde caso assista razão ao recorrente, se impõe alterar o decidido, tornando-o conforme ao direito aplicável.

A nulidade da sentença (por omissão de pronúncia) há de, assim, resultar da violação do dever prescrito no n.º 2 do referido art.º 608º do NCPC do qual resulta que o juiz deve resolver todas as questões que as partes tenham submetido à sua apreciação, exceptuadas aquelas cuja decisão esteja prejudicada pela solução dada a outras, e não pode ocupar-se senão das questões suscitadas pelas partes, salvo se a lei permitir ou impuser o conhecimento officioso de outras.

A questão a decidir pelo julgador está directamente ligada ao pedido e à respectiva causa de pedir, não estando o juiz obrigado a apreciar e a rebater cada um dos argumentos de facto ou de direito que as partes invocam com

vista a obter a procedência da sua pretensão, ou a pronunciar-se sobre todas as considerações tecidas para esse efeito. O que o juiz deve fazer é pronunciar-se sobre a questão que se suscita apreciando-a e decidindo-a segundo a solução de direito que julga correcta. Cfr. ac. da RL de 3.12.2020, relatado por Carlos Castelo Branco, que acompanhamos de perto e disponível in www.dgsi.pt.

“O dever imposto no nº 2, do artigo 608º diz respeito ao conhecimento, na sentença, de todas as questões de fundo ou de mérito que a apreciação do pedido e da causa de pedir apresentadas pelo autor (ou, eventualmente, pelo réu reconvinte) suscitam. Só estas questões é que são essenciais à solução do pleito e já não os argumentos, razões, juízos de valor ou interpretação e aplicação da lei aos factos. Para que este dever seja cumprido, é preciso que haja identidade entre a causa petendi e a causa judicandi, entre a questão posta pelas partes e identificada pelos sujeitos, pedido e causa de pedir e a questão resolvida pelo juiz” (cfr., o ac. da RG de 15.03.2018, relatado por Eugénia Cunha e disponível in www.dgsi.pt).

Por conseguinte, *“importa distinguir entre os casos em que o tribunal deixa de pronunciar-se efetivamente sobre questão que devia apreciar e aqueles em que esse tribunal invoca razão, boa ou má, procedente ou improcedente, para justificar a sua abstenção, sendo coisas diferentes deixar de conhecer a questão de que devia conhecer-se e deixar de apreciar qualquer consideração, argumento ou razão produzida pela parte, por não ter o tribunal de esgotar a análise da argumentação das partes, mas apenas que apreciar todas as questões que devam ser conhecidas, ponderando os argumentos na medida do necessário e suficiente”* (cfr., o ac. da RP de 25.03.2019, relatado por Nelson Fernandes, acessível in www.dgsi.pt).

Na realidade, como se referiu no ac. da RC de 28.09.2011 (relatado por Orlando Gonçalves, igualmente disponível in www.dgsi.pt): *“1.- A nulidade de sentença por omissão de pronúncia refere-se a questões e não a razões ou argumentos invocados pela parte ou pelo sujeito processual em defesa do seu ponto de vista. 2.- O que importa é que o tribunal decida a questão colocada e não que tenha que apreciar todos os fundamentos ou razões que foram invocados para suporte dessa pretensão.”*

Se a decisão não faz referência a todos os argumentos invocados pela parte tal não determina a nulidade da sentença por omissão de pronúncia, sendo certo que a decisão tomada quanto à resolução da questão poderá muitas vezes tornar inútil o conhecimento dos argumentos ou considerações expendidas, designadamente por opostos, irrelevantes ou prejudicados em face da solução adoptada.

Vide, no mesmo sentido, o ac. da RL de 08.05.2019, relatado por Maria da

Graça Santos Silva e acessível in www.dgsi.pt.

Revertendo ao caso dos autos, verificamos que o tribunal recorrido debruçou-se sobre a pretensão formulada pela embargante, ora recorrente, e os argumentos pela mesma invocados, tendo concluído, porém, que: *“face à configuração dada pela embargante à causa em discussão em sede de embargos - considerando que a mesma se limita aos fundamentos do ali peticionado -, esta não tem interesse directo em ver discutida a genuinidade ou veracidade da assinatura de outra executada/fiadora, e, por isso, dos poderes do respectivo mandatário no acto de constituição da fiança.*

Tal discussão nenhuma repercussão terá na esfera jurídica da embargante.”.

E, a dado passo na fundamentação da decisão ora em crise, acrescentou o seguinte: *“da forma como a Embargante articulou o requerimento inicial e formulou o seu pedido, é apodítico que não tem legitimidade processual para os presentes autos, pois que a eventual procedência do invocado, com a consequente ineficácia do ato relativamente à executada BB (o que, na verdade, nem é pedido, como não podia ser), não se repercutiria na esfera jurídica daquela. Além do mais, a mera alegação de que só aceitou ser fiadora porque a executada BB também o era não pode deixar de se considerar inócua, não sendo carreados para os autos factos que nos permitam epilogar pelos vícios da vontade (adiantando-se, desde já, que tampouco é esse o pedido, pelo que ao Tribunal sempre estaria vedada a sua apreciação, não integrando, sequer, o objeto do litígio).*

(...)

Deste modo, afigura-se evidente a falta de utilidade para a embargante da procedência dos presentes embargos, não tendo, portanto, legitimidade activa para os mesmos.

(...).

Ainda que assim não fosse, sempre careceria a embargante de interesse em agir.”.

Assim sendo e atento o supra exposto, temos por evidente inexistir qualquer omissão de pronúncia. O tribunal recorrido pronunciou-se sobre as questões invocadas pela executada/embargante, entendendo, contudo, que esta carecia de legitimidade e de interesse em agir, porquanto considerou irrelevante e despicienda para a procedência da oposição à execução a factualidade por ela carreada para os autos.

Questão diversa e que não se confunde com o vício de nulidade atribuído à decisão recorrida é a de saber se se verifica ou não a apontada falta de utilidade para a ora recorrente da procedência da oposição à execução, ou seja, se ocorreu erro de julgamento quando o tribunal *a quo* considerou que a oponente carecia de legitimidade e de interesse em agir ao fundamentar a sua

oposição na falta de genuinidade ou veracidade da assinatura de outra executada/fiadora - questão que trataremos de seguida.

Não procede, pois, igualmente neste ponto, a imputação de nulidade à decisão recorrida.

*

3.2.2. Do erro de julgamento da decisão recorrida ao julgar verificadas as excepções dilatórias da ilegitimidade activa e da falta de interesse em agir. A apelante veio pugnar ainda no recurso, e em breve resumo, que o tribunal recorrido não teve em consideração que a co-executada BB veio apresentar oposição à execução no âmbito de embargos do executado no apenso C deste mesmo processo com o nº 100/14...., no âmbito da qual invocou a falsidade das procurações e que ainda aguarda decisão; que a recorrente é parte legítima e tem interesse em agir nos presentes autos de embargos de executado uma vez que foi apenas com a condição da aludida BB também intervir na qualidade de fiadora, que a própria também assinou, julgando que tudo estivesse em conformidade e de acordo como todos os preceitos legais, sendo indispensável apurar se as procurações ou as assinaturas atribuídas àquela são autênticas, verificando-se todos os pressupostos do art.º 437º, nº 1 do CC para ser declarada a resolução do contrato por alteração das circunstâncias.

Vejamos.

Proibindo a justiça privada ou autotutela (art.º 1º do NCPC), a ordem jurídica concede ao credor de prestação não satisfeita, através do exercício da acção executiva, a faculdade de obter a sua efectivação coerciva, ou seja, a faculdade de satisfazer o interesse patrimonial correspondente ao seu direito (art.º 10º, nº 4 do NCPC) - na acção executiva pode o credor obter a realização coactiva da prestação não cumprida, enquadrando-se esta, por isso, na efectividade da tutela jurisdicional e na garantia do acesso aos tribunais para a defesa dos direitos e interesses legítimos (art.º 20º, nº 1 da Constituição da República Portuguesa).

A finalidade da acção executiva consiste, pois, na obtenção do interesse patrimonial contido na prestação não cumprida, sendo o seu objecto, sempre (e apenas) um direito a uma prestação - nesse objecto contém-se somente a faculdade de exigir o cumprimento da prestação e o correlativo poder de aquisição dessa prestação, poder que corresponde à causa debendi e, portanto, funciona como causa de pedir da acção executiva (os factos dos quais decorre esse poder são os mesmos que justificam a faculdade de exigir a prestação) - Teixeira de Sousa, Estudos Sobre o Novo Processo Civil, 2ª edição, p. 606.

A acção executiva pressupõe, assim, um direito de execução do património do

devedor, ou seja, *“um poder resultante da incorporação da pretensão num título executivo, pois que é desta que resulta que o credor possui não só a faculdade de exigir a prestação, mas também a de executar, em caso de incumprimento, o património do devedor”* (autor e obra citados, p. 626). Deduzido que seja o requerimento executivo, o executado pode deduzir oposição à execução por embargos (cfr. art.º 728º e seguintes do NCPC), a qual se destina a contestar o direito do exequente, quer através da impugnação da própria exequibilidade do título, quer através da alegação de factos que, em processo declarativo, constituiriam matéria de excepção. Os autos de oposição à execução por embargos introduzem no processo executivo, uma fase declarativa independente, com a particularidade do oponente, devedor presumido da dívida exequenda, poder evidenciar quaisquer factos impeditivos, modificativos ou extintivos da própria exequibilidade do título executivo, da inexistência de causa *debendi* ou do direito do exequente.

A este propósito, é, pacificamente, defendido na nossa doutrina que *“Devendo a execução actuar com referência ao direito representado no título, podem sobrevir factos que lhe retirem legitimidade ou correspondência com a realidade substancial, para além de poderem subsistir vícios processuais ou substantivos procedentes da formação do título. Daí permitir-se ao executado fazer valer as eventuais discordâncias com a realidade ou a eventuais ilegitimidades numa sede autónoma de cognição, fora do procedimento executivo propriamente dito, através exactamente da oposição à acção executiva”* (neste sentido, vide, Amâncio Ferreira, in Curso de Processo Execução, p. 145).

Os autos de oposição à execução por embargos visam, deste modo, a extinção da execução – aliás, é esse o único pedido que aí pode ser deduzido -, mediante o reconhecimento da actual inexistência do direito exequendo, ou da falta dum pressuposto, específico ou geral, da acção executiva (neste sentido, ver Lebre de Freitas, in A Acção Executiva, p. 141)

Com efeito, na acção executiva, o direito de defesa do executado corporiza-se num pedido de extinção da execução (cfr. art.º 732º, nº 4, do NCPC), ainda que processualmente tal defesa não integre o procedimento de execução e deva ser tramitado em apenso declarativo autónomo (cfr. Rui Pinto, in A acção executiva, 2020, p. 366).

E, quer se considere a oposição à execução como contestação à petição inicial da acção executiva, quer como uma contra-acção tendente a obstar à produção dos efeitos do título executivo, certo é que a oposição à execução consubstancia o meio idóneo à alegação dos factos que constituem matéria de excepção (ver, neste sentido, Lebre de Freitas, in A Acção Executiva, p. 162 e

ac. da RL de 27.05.2021, relatado por Carlos Castelo Branco e acessível in www.dgsi.pt).

Na verdade, como refere Lopes Cardoso, in *Manual da Acção Executiva*, 3ª edição, reimpressão, 1992, p. 250 “*pelos embargos, o executado assume a autoria dum processo declarativo, destinado a contestar o direito do exequente, quer impugnando a própria exequibilidade do título, quer alegando factos que em processo declarativo constituiriam matéria de excepção.*”. Ver ainda na mesma senda, ac. da RE de 25.02.2021, relatado por Tomé de Carvalho e disponível in www.dgsi.pt.

A oposição à execução constitui, pois, o meio processual pelo qual o executado exerce o seu direito de defesa perante a pretensão do exequente.

Sendo deduzida uma concreta pretensão contra o executado, este pode defender-se desta, expondo todos os fundamentos susceptíveis de conduzir à extinção da execução, atenta a ligação funcional existente entre a oposição e a execução.

Não se olvida que, constituindo a oposição à execução uma relação processual própria, deve estar assegurada a presença dos pressupostos processuais comuns a qualquer causa. As partes devem, nomeadamente, apresentar personalidade, capacidade e legitimidade, sendo o executado e o exequente, respectivamente o autor e o réu desta causa (cfr. art.º 728º, nº 1 e 732º, nº 2, do NCPC e ainda Rui Pinto, obra citada, p. 404).

E ainda que se verifique uma pluralidade de executados, qualquer deles tem legitimidade activa para se opor à execução (neste sentido, autor e obra citados, p. 441).

Entendemos, pois, que assiste razão à apelante quanto à questão de lhe caber legitimidade processual no âmbito da presente oposição que corre por apenso à execução onde figura como executada.

Essa legitimidade *ad causam* advém-lhe, pois, da qualidade de executada.

Ou seja, a executada/opoente tem evidentemente interesse em contradizer a obrigação exequenda invocada pelo banco exequente e em pedir a extinção da execução - isto, independentemente da posição assumida pelos restantes co-executados e da co-executada BB ter ou não deduzido ela própria oposição à execução.

Deste modo, não podemos deixar de concluir que a oponente é parte legítima nos presentes autos de oposição à execução, mediante embargos de executado.

Saber se os argumentos invocados pela oponente para se opor à execução carecem de utilidade e aptidão para a procedência dos embargos, como entendeu o tribunal recorrido, já se prende com a outra questão - a da falta de interesse em agir - também abordada na decisão recorrida.

O interesse em agir, que Manuel de Andrade apelida de “*interesse processual*” (in, *Noções Elementares do Processo Civil*, 1979, p. 79) consiste, basicamente, no interesse de utilizar a máquina judiciária, ou na necessidade de recorrer ao processo.

Por isso, diz Manuel de Andrade, que o mesmo consiste em estar “*o direito do demandante carecido de tutela judicial; é o interesse de utilizar a arma judiciária – em recorrer ao processo*”, ou, em delimitação negativa, “*não se trata de uma necessidade estrita, nem tão-pouco de um qualquer interesse por vago e remoto que seja; trata-se de algo de intermédio: de um estado de coisas reputado bastante grave para o demandante, por isso tornando legítima a sua pretensão a conseguir por via judiciária o bem que a ordem jurídica lhe reconhece*” (obra e lugar citado).

E, igualmente por isso, “*o interesse em agir deve ser analisado também à luz dos princípios constitucionais do acesso ao direito e à justiça, em dupla vertente: consagração e limitação.*”

Por um lado, o acesso ao direito e à justiça implica uma visão necessariamente restrita do âmbito de exigência deste interesse processual, já que ao cidadão enquanto tal, ou aos estrangeiros e apátridas por equiparação, assiste o direito de exporem as suas pretensões em sede judicial e de obterem apreciação e decisão sobre elas. (...)

Mas, dada a natureza escassa dos recursos, a própria consagração do acesso ao direito na mesma norma leva a delimitar tal direito pela necessidade de mobilização dos órgãos jurisdicionais, uma vez que a mobilização acrítica e sem interesse constitui um desvio de recursos que os fará faltar a quem deles necessita.” – vide, ac. da RL de 26.09.2019, relatado Ana de Azeredo Coelho, disponível in www.dgsi.pt.

O interesse em agir consiste assim na verificação da necessidade ou utilidade da acção tal como configurada pelo autor, sendo definido como “*a necessidade de usar do processo, de instaurar ou fazer prosseguir a acção*” (vide, Abrantes Geraldés in “*Temas da Reforma do Processo Civil*”, p. 229), a aferir objectivamente, em relação à normatividade jurídica.

Tem, pois, de se considerar que ocorre interesse em agir sempre que o demandante tenha necessidade de intervenção judicial para reconhecimento da sua pretensão, tal como a configura no exercício da sua liberdade de conformação da acção, e que a intervenção judicial que pede seja apta a proporcionar-lhe tal utilidade.

Por outro lado, quer da doutrina, quer da jurisprudência, decorre também relativa unanimidade quanto à natureza processual do interesse em agir como pressuposto processual que, faltando, pode determinar genericamente a verificação de uma excepção dilatória inominada, determinante da absolvição

da instância - cfr. art.ºs 278º, nº 1, al. e), 576º, nº 2, 577º e 578º, todos do NCPC.

Pressuposto processual, por encontrar a sua razão de ser no intuito de obviar a acções inúteis, recolhida da consideração de que, se a lei proíbe expressamente a prática de actos inúteis (princípio da limitação dos actos constante do art.º 130º, do NCPC), por maioria de razão terá de proibir acções inúteis [vide, Francisco Ferreira de Almeida, Direito Processual Civil, I, Almedina, 2010, p. 447].

Ver no mesmo sentido, na jurisprudência, entre muitos outros, o ac. do STJ de 8.02.2022, processo nº 115/20.9YHS.L1.S1, disponível in www.dgsi.pt.

No presente caso, a apreciação do interesse em agir tem de ser feita, pois, à luz da utilidade que a recorrente prossegue com a oposição à execução e, sobretudo, diremos nós, à luz da aptidão da mesma a proporcionar-lha.

Com efeito, e como bem se salienta na decisão recorrida, a provar-se que a co-executada BB não assinou as procurações a conferir poderes a procurador para subscrever o contrato dado à execução, na qualidade de fiadora, estaremos em presença de inexistência/ineficácia de contrato, mas apenas relativamente àquela. Com efeito, o contrato em discussão só não produziria qualquer efeito relativamente à aludida BB por nele não ter intervindo, mas continuaria a vincular todos os demais intervenientes, ou seja, quanto aqueles que o subscreveram, incluindo a apelante.

Veja-se que segundo o art.º 292º do CC - cuja disciplina, como vem a ser entendido, se estende aos casos de ineficácia - a nulidade parcial de um contrato não afecta a parte não viciada, se não forem alegados e provados factos, por quem tiver interesse na nulidade total, de que o contrato não seria outorgado sem a parte viciada. Este normativo prevê uma presunção de nulidade parcial do negócio ilidível pela prova de que não seria outorgado sem a parte viciada. E esta prova ou ilisão da presunção terá de ser feita por quem tiver interesse na nulidade total do contrato. Cfr., a este propósito o ac. desta Relação de Guimarães de 10.03.2016, relatado por Espinheira Baltar e acessível in www.dgsi.pt.

Ora, no caso em apreço, e conforme também se assinala na decisão recorrida não foi invocado qualquer vício de vontade da opoente susceptível de invalidar a fiança prestada pela apelante, tendo apenas sido alegados factos atinentes à propalada nulidade/ineficácia parcial do contrato - baseada na falsificação das assinaturas da co-executada -, pelo que esta nulidade/ineficácia parcial, ainda que viesse a ser demonstrada, nunca atingiria a totalidade do dito negócio e por maioria de razão a fiança prestada pela ora recorrente.

Veja-se que, no âmbito do presente recurso, a embargante nem sequer veio pôr em causa a apontada falta de alegação de qualquer vício de vontade capaz

de abalar a validade da fiança por si prestada no âmbito do contrato de mútuo dado à execução.

Porém, defende que os factos por si alegados preenchem os pressupostos do regime da alteração anormal das circunstâncias, previsto no art.º 437º, do CC, o que permitiria a resolução de negócio.

Mas é evidente que tal asserção carece de fundamento.

Na verdade, a este respeito, na petição dos embargos, a opoente limitou-se a alegar que se tivesse tido conhecimento que a fiança da co-executada não tinha sido prestada validamente, não teria subscrito o negócio.

Ora, estabelece o art.º 437º n.º 1 do CC que “[s]e as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal, tem a parte lesada direito à resolução do contrato, ou à modificação dele segundo juízos de equidade, desde que a exigência das obrigações por ela assumidas afecte gravemente os princípios da boa fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato.”.

Assim sendo, *“[e]m termos simplificados, e como todos sabemos, para que a lei portuguesa confira o direito potestativo de resolver ou de modificar equitativamente um contrato, do qual resulta para a parte a necessidade de realizar uma ou mais prestações no futuro, invocando alteração anormal das circunstâncias (n.º 1 do artigo 437º do Código Civil), é necessário que se prove (1) que as circunstâncias objetivas em que ambas fundaram a decisão de contratar (2) se alteraram anormalmente após a realização do contrato, (3) que essa alteração, objetiva e anormal, não está coberta pelos riscos próprios do contrato e que (4), a exigência do cumprimento dessa prestação (ou dessas prestações) contrarie gravemente o princípio da boa fé.*

Na falta de prova de qualquer dos requisitos, a pretensão improcede, por caber ao interessado o ónus da respetiva prova (n.º 1 do artigo 342º do Código Civil).” - ac. do STJ de 06.08.2017, processo n.º 2118/10.2TVLSB.L1.S1, disponível em www.dgsi.pt (o sublinhado é nosso).

A alteração anormal das circunstâncias, na abrangência do preceito em causa, corresponde, portanto, a uma modificação superveniente e insólita ou inabitual da base negocial em que as partes tenham fundado a celebração do contrato, sendo que essa base negocial, no domínio da alteração das circunstâncias, assume carácter objectivo e deve respeitar simultaneamente a ambos os contraentes.

Essa alteração deve, por outro lado, ser significativa, ou seja, deve assumir proporções tais que subvertam a própria economia do contrato, tornando-o lesivo para uma das partes contratantes ao ponto de, caso o contrato se mantenha nos termos em que foi celebrado, a exigência das obrigações por ela assumidas, sem se mostrar coberta pelos riscos próprios do contrato, afecte

gravemente os princípios da boa-fé.

Tendo presentes estes considerandos e voltando novamente ao caso sob apreciação, olhando a versão dos factos apresentada pela apelante, constata-se, desde logo, não ter sido alegada qualquer alteração superveniente das circunstâncias que levaram as partes a celebrar o negócio, tendo-se a opoente limitado a aludir a uma suposta falsa representação da circunstância que a levou (apenas a ela) a celebrar o negócio, o que só por si é totalmente irrelevante.

Ou seja, ao contrário do por si defendido, a apelante não alegou quaisquer factos que permitam subsumir a situação em apreciação ao regime previsto no art.º 437º, do CC.

Aqui chegados, não podemos deixar de concluir, como fez o tribunal recorrido que o prosseguimento dos autos para apuramento da factualidade relativa à falsidade das assinaturas da co-executada, nesta sede, se revelaria um acto inútil, carecendo a opoente de interesse em agir.

Por conseguinte, o presente recurso terá de improceder.

Termos, pois, em que, por tudo o exposto, se decide julgar improcedente o recurso, confirmando-se a sentença da 1ª instância.

*

Ante todo o exposto, importa julgar improcedente o recurso, mantendo-se a decisão recorrida.

As custas do recurso são integralmente da responsabilidade da recorrente atento o seu decaimento (art.º 527º, nºs 1 e 2, do NCPC).

*

IV. Decisão

Pelo exposto, acordam os Juízes desta Relação em julgar improcedente a apelação, mantendo-se a decisão recorrida.

Custas pela recorrente.

*

*

Guimarães, 11.04.2024

Texto elaborado em computador e integralmente revisto pela signatária

Juiz Desembargador Relator: Dr(a). Carla Maria da Silva Sousa Oliveira

1º Adjunto: Juiz Desembargador: Dr. José Cravo

2º Adjunto: Juiz Desembargador: Dr. Afonso Cabral de Andrade